



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 007

**O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DOS ANOS OITENTA
NO ESTADO DO PARÁ E SUAS FONTES DE FINANCIAMENTO**

Francisco de Assis Costa

Belém, Abril de 1993

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 007

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DOS ANOS OITENTA NO ESTADO DO PARÁ E SUAS FONTES DE FINANCIAMENTO¹

Francisco de Assis Costa

Resumo:

Tem-se demonstrado que a agricultura brasileira apresentou nos anos oitenta evolução não correlacionada com o ciclo geral de atividade econômica. Arrastado pelo comportamento recessivo da indústria (que demonstrou 15% de redução entre 1981 e 1983 e crescimento médio de 1,2% a.a. entre 1980 e 1988), o nível geral dos negócios caiu profundamente na primeira e na Segunda metade da chamada “década perdida” da economia brasileira, e a agricultura, considerada no seu conjunto, praticamente manteve a trajetória anterior de crescimento, com taxa de incremento médio anual em torno dos 3%. E mais: contrariamente ao que se passava nos demais setores, os investimentos na agricultura mostraram-se altos já em 1984 e mantiveram-se elevados nos anos seguintes. Tal performance fez-se apesar da redução drástica no volume e nos subsídios do crédito agropecuário e de uma evolução pouco favorável (mesmo consideradas as flutuações conjunturais de 1984 e 1986), nos preços de mercado da maioria dos produtos, tanto de mercado interno quanto de exportação (Gasques, 1990). O presente artigo pretende, tratando de áreas amazônicas, contribuir nesta edição. Num primeiro momento, serão testadas, para o Estado do Pará, as explicações aventadas para a dinâmica agrária dos anos oitenta no Brasil como um todo. Neste intento, trabalhar-se-á em nível macro, com variáveis da produção global e da participação, aí, de estruturas diversas. Daí se levará a indagações para empreender análise detalhada dos dados resultantes de duas pesquisas de campo realizadas numa mesma comunidade camponesa nos anos de 1981 e 1990. Neste momento, avultar-se-ão questões de ordem microeconômica, cujo encaminhamento teórico foge, contudo, ao escopo deste artigo.

Palavras-chave: Dinâmica Agrária. Desenvolvimento Agrícola. Produção.

¹ Trabalho elaborado no contexto da Pesquisa “Estudos Agroeconômicos e Sociais do Setor Primário Amazônico”, desenvolvida a partir de convênio SUDAM/UFPA (NAEA/FADESP).

Introdução

Tem-se demonstrado que a agricultura brasileira apresentou nos anos oitenta evolução não correlacionada com o ciclo geral de atividade econômica². Enquanto, arrastado pelo comportamento recessivo da indústria (que demonstrou 15% de redução entre 1981 e 1983 e crescimento médio de 1,2% a.a. entre 1980 e 1988), o nível geral dos negócios caiu profundamente na primeira e na segunda metade da chamada "década perdida" da economia brasileira, a agricultura, considerada no seu conjunto, praticamente manteve a trajetória anterior de crescimento, com uma taxa de incremento médio anual em torno dos 3%. E mais: contrariamente ao que se passava nos demais setores, os investimentos na agricultura mostraram-se altos já em 1984 e mantiveram-se elevados nos anos seguintes.

Tal *performance* fez-se apesar da redução drástica no volume e nos subsídios do crédito agropecuário e de uma evolução pouco favorável (mesmo consideradas as flutuações conjunturais de 1984 e 1986), nos preços de mercado da maioria dos produtos, tanto de mercado interno quanto de exportação (GASQUES, 1990).

As explicações arroladas para tal dinamismo enfatizam, sobretudo, interveniências conjunturais internas e externas, em particular as derivadas da ação do Estado Nacional e as provocadas por movimentos no mercado externo.

Quanto à ação do estado, releva-se o papel da nova política de preços mínimos que, estabelecida no contexto da política autodesignada de prioridade agrícola, do último governo militar, afirma-se já em 1982 (conf. Pereira et al, 1991:365-66), constituindo-se nos anos seguintes como a política agrícola por excelência da década (conf. Rezende, op. cit.: 572) - a qual, entretanto, sofre flutuações impingidas pelo andamento das políticas de ajuste inflacionário, como acertadamente lembra Nabuco (op. cit.:120-122). Quanto ao mercado externo, aponta-se para os efeitos decorrentes da melhoria dos preços para o conjunto dos exportáveis em 1984 (REZENDE, op. cit.:562) e, especificamente para o café nos anos de 1985 e 1986 (PEREIRA et al : 312).

Contudo, duas ordens de fatores estruturais são aventadas na explicação dos fenômenos em questão. Uma, realçada pela perspectiva que vê nos complexos agroindustriais - os chamados CAI's - os articuladores decisivos, senão únicos³, das dinâmicas de modernização da agricultura brasileira. Tal abordagem conclui que o mencionado desempenho positivo em época de tão intensa crise teria resultado do fato de o padrão agrícola implementado pela política econômica da ditadura ter atingido

² Conf. Rezende (1989), Nabuco (1990)

³ A esse respeito, estabelece Geraldo Müller: "A transição de um modo a outro (do tradicional para o moderno) de produzir-distribuir ... está diretamente correlacionado com a constituição do complexo agro-industrial brasileiro ... chama-se modernização agrária a interação entre industrialização do campo e agroindustrialização"(Müller, 1987; p. 7-8)

nos anos oitenta um estágio de relativa ou plena maturidade; e, uma vez tecnologicamente consolidada, a estrutura dos complexos agroindustriais teria reagido positivamente aos estímulos de preços proporcionados pela nova política, não se ressentindo das restrições de crédito e até mesmo expandindo-se, com a soja, para os cerrados (ver Nabuco, 1990 e Kageyama et al, 1987).

Uma outra ordem de fatores estruturais, colocada por provocação da própria empiria que, surpreendentemente para a maioria dos analistas, registrou um crescimento significativo da pequena produção familiar no período entre os censos de 1980 e 1985 e correlato aumento da participação da produção de culturas alimentares para mercado interno no valor da produção total. Aqui, tratar-se-ia de um processo de minifundização associado à expansão de uma agricultura de subsistência, a partir da qual o aumento do produto agrícola "resultante da produção de alimentos deve ter-se destinado, em grande parte, ao autoconsumo" (REZENDE, op. cit. 1989; GASQUES, op. cit. 1990).

Em linhas gerais, para a notável *performance* da agricultura nos anos oitenta atribui-se à grande agricultura moderna, erigida no bojo da modernização patrocinada pela ditadura, um papel ativo - ao se afirmar, por emancipação, como estrutura "definitiva" do agrário nacional -, proporcionador dos múltiplos *linkages* peculiares aos CAI's. A agricultura familiar, por seu turno, se confere um papel reflexivo, por uma parte, e introspectivo, por outra. Reflexivo, porquanto sua expansão resultaria da redução, frente à crise, das alternativas urbanas de alocação do trabalho (gerando a força de trabalho que refluí às lides agrárias) e da queda do significado da terra como ativo frente aos ganhos das aplicações financeiras (o que "criaria" o espaço, em sentido literal, para a expansão da produção familiar); introspectivo, pois se faria pelo crescimento de uma produção para si, de subsistência, com *linkages* mínimos ou nulos para o conjunto da economia. Além do mais, tal movimento - que sob esta ótica tratar-se-ia de literal "retrocesso" - demonstrar-se-ia de poucos resultados estruturais, posto que se interromperia naturalmente com a retomada do crescimento industrial. Com o fim da crise, o caminho da "verdadeira" modernização, o da "caificação", estaria restabelecido.

Martine (1989) insurge-se contra tal perspectiva, esgrimindo argumentações empíricas e teóricas em dois campos: o político e o econômico. Esse autor critica os argumentos em favor dos CAI's, apontando para os diversos mecanismos que, mesmo na crise, de forma seletiva em favor dos segmentos considerados mais modernos, garantiram, por via de incentivos, subsídios, crédito e preços mínimos a lucratividade das suas áreas de domínio. Conclui, por essa via, que mais uma vez a política agrícola, e não a capacidade endógena às estruturas agroindustriais, apresenta-se como importante (co) responsável pelo bom desempenho do setor⁴.

⁴ Em certo ponto de sua argumentação sentencia: "A tão propalada modernização agrícola na base da 'caificação', infelizmente, apresenta-se ainda como uma transformação parcial, desigual, fortemente sustentada

Por outra parte, criticando o suposto dos ganhos *ad infinitum* de escala na agricultura, que permeia a abordagem dos CAI's, e apontando para o que chama de "...vantagens comparativas do pequeno produtor tecnificado em determinadas atividades, culturas ou regiões..." (MARTINE, op. cit.:51), o autor recoloca a discussão teórica da racionalidade da pequena produção e o seu significado no capitalismo moderno.

Tal debate tem uma longa trajetória no pensamento ocidental⁵ e experimentou, entre nossos economistas, um surto digno de menção no início dos anos oitenta⁶. Efervescência interrompida, contudo, menos por anacronismo real das estruturas e processos que se colocavam como objeto e mais porque "...o padrão de modernização da agricultura dominante orientou também o pensamento técnico..." (D'INCAO, 1992:26).

Romper com tal domínio parece, hoje, se constituir em imperativo para que se possa repensar o agrário nacional e as relações que o conformam aprofundando as distorções que estão no cerne dos graves problemas de pobreza e anacronismo que têm caracterizado o desenvolvimento capitalista no Brasil. E requer, por outra parte, compreender as propostas alternativas que a própria prática social, econômica e política dos subalternizados no campo vem colocando no sentido de alterar esse quadro. Trata-se, pois, de apreender o sentido desta prática, sua racionalidade, sua positividade.

O presente artigo pretende, tratando de áreas amazônicas, contribuir nesta direção. Num primeiro momento, serão testadas, para o Estado do Pará, as explicações aventadas para a dinâmica agrária dos anos oitenta no Brasil como um todo. Neste intento, trabalhar-se-á em nível macro - com variáveis da produção global e da participação, aí, de estruturas diversas. Daí se levarão indagações para empreender análise detalhada dos dados resultantes de duas pesquisas de campo realizadas numa mesma comunidade camponesa nos anos de 1981 e 1990. Neste momento, se avultarão questões de ordem microeconômica, cujo encaminhamento teórico foge, contudo, ao escopo deste artigo.

1. A Evolução da Agricultura no Estado do Pará

De acordo com os Censos Agropecuários, no Estado do Pará, de 1980 a 1985 o valor da produção agrícola cresceu a uma taxa geométrica de 5% ano. O valor da produção pecuária cresceu a uma taxa ainda mais elevada, de 7% a.a., de sorte que, no conjunto, a agropecuária cresceu a uma taxa

por recursos públicos, inerentemente limitada, e com mais ranços do capitalismo cartorial do que do capitalismo moderno". (Martine, 1989; p.53).

⁵ Entre outras, veja as sínteses de Blum (1989), Ellis (1988) e a coletânea editada por Harris (1982).

⁶ Pode-se ter uma amostra dos encaminhamentos dessa produção no número da Revista de Economia Política de julho - setembro de 1981, que trouxe três artigos representativos: Nakano (1981), Moreira (1981), Adair e Pessoa Jr (1981).

de 5,7% a.a.. Os ritmos de crescimento foram, contudo, diferenciados quanto ao tipo de produto e quanto às formas de produção⁷. A Tabela 1 apresenta com clareza as distinções.

As lavouras permanentes, com uma taxa de 14% a.a., apresentam a maior taxa de crescimento do período. Taxa que, de resto, se explica pelo crescimento deste tipo de lavouras entre os camponeses a uma taxa de 13% a.a., considerado o peso da participação relativa destes produtores (94% em 1980 e 87% em 1985) no valor da produção total de produtos permanentes. Descontando-se a taxa de crescimento anual do número de estabelecimentos desta categoria, de 2,5% a.a., tem-se um crescimento médio das culturas permanentes por unidade de produção de 10,5% a.a..

Forte, também, foi o crescimento das lavouras permanentes nas fazendas (crescimento líquido 15,4% a.a.: 22,6% no total menos 7,2% a.a. no ritmo de crescimento do número deste tipo de estabelecimentos) e nas grandes empresas (41% a.a., em contexto de ligeira redução em número). O impacto destes dois últimos grupos de taxas faz-se, todavia, ínfimo sobre a taxa geral de crescimento do subsetor de lavouras permanentes devido às reduzidas participações de uns e outros no subsetor (respectivamente 4 e 1% em 1985).

Tabela 1. Evolução da Agropecuária Paraense - 1980 a 1985 (Taxas Geométricas de Crescimento Anual).

	Total	Até 200 ha	200 - 5000h	>5000ha
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	2.6%	2.5%	7.2%	-0.8%
VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	5.1%	3.5%	13.2%	43.2%
Lavouras Temporárias	-0.3%	-1.8%	2.2%	43.8%
- Arroz em Casca	6.1%	4.6%	4.2%	24.7%
- Feijão em Grão	-1.8%	-1.5%	-3.0%	-22.8%
- Mandioca	-1.9%	-2.2%	6.6%	-10.8%
- Milho	1.2%	0.9%	2.5%	11.0%
- Abóbora	-14.6%	0.0%	0.0%	0.0%
- Cana-de-açúcar	30.5%	0.0%	0.0%	0.0%
- Juta	-16.6%	-16.2%	-28.4%	0.0%
- Malva	-15.5%	-15.4%	-21.5%	0.0%
- Outros	4.1%	-4.4%	-3.9%	18.0%
Lavouras Permanentes	14.3%	12.9%	22.6%	41.1%
- Banana	0.6%	0.3%	6.4%	-20.8%
- Cacau	36.6%	36.9%	34.7%	-6.2%
- Pimenta-do-reino	15.2%	13.4%	27.4%	3.6%
- Borracha coagulada	8.6%	0.9%	32.8%	-8.2%
- Café em Coco	48.0%	47.6%	64.6%	-15.5%
- Laranja	3.5%	1.8%	26.5%	39.1%

⁷ Em trabalhos anteriores (Costa, 1992a e 1992b) proponho que para o caso do Pará se associem os intervalos de classe de área às formas de produção dominantes na região: no intervalo de até 200 ha encontram-se os camponeses; o intervalo de 201 a 5.000 ha abriga os fazendeiros e acima disso encontram-se as grandes empresas latifundiárias. Essa classificação será usada neste artigo.

- Limão	9.4%	7.9%	38.6%	0.0%
- Mamão	-19.0%	-22.3%	-10.1%	-38.9%
- Outros	-4.7%	-6.9%	15.5%	65.7%
PECUARIA	6.9%	2.7%	13.5%	4.0%
.Grandes Animais	9.2%	7.2%	13.4%	4.2%
.Médios Animais	0.5%	-1.2%	10.6%	17.1%
.Aves/Pequenos Animais	1.0%	-1.2%	14.9%	-35.9%
TOTAL DA AGROPECUÁRIA	5.7%	3.4%	13.4%	10.9%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1980 e 1985.

As lavouras temporárias, por seu turno, têm crescimento nulo no conjunto. Na verdade decrescem entre os camponeses e crescem nas fazendas e grandes empresas, as quais participavam em 1985 com proporções iguais de 7% (em conjunto 14%) da produção total de produtos da lavoura temporária. Dos produtos permanentes os que cresceram mais rapidamente foram, entre os camponeses, o cacau, o café e a pimenta do reino, seguidos de crescimento mais modesto por parte dos citros.

As tendências esboçadas no período intercensitário parecem confirmarem-se para toda década. Os dados anuais de área colhida do IBGE (Produção Agrícola Municipal) indicam que o conjunto das lavouras evoluiu na segunda metade da década praticamente ao mesmo ritmo do primeiro quinquênio. E, ainda, constata-se em ambos os períodos uma evolução mais rápida das culturas permanentes em comparação com as temporárias (ver Tabela 2).

Tabela 2. Estado do Pará - Evolução da área Colhida com Culturas Temporárias e Permanentes nos Anos Oitenta (Taxas Geométricas de Crescimento Anual*).

Período	81-85	86-90
TOTAL	5,17	5,08
Culturas Temporárias	4,25	4,76
Culturas Permanentes	15,90	7,41

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Diversos anos.

* Taxas de crescimento anual (i) obtidas por regressão de séries contínuas a partir da logaritimação da fórmula $A_f = A_o \cdot (1+i)^t$ para A_f = médias trianuais da variável área colhida e t= variável de tempo.

Os resultados para toda década podem ser visualizados na Tabela 3. Dos 15 produtos da lavoura temporária, apenas quatro não sofreram efeito substituição⁸ negativo no período. No conjunto,

⁸ Nos termos propostos por Pereira e Lugnani (1991), Veiga Filho (1981), Zokum (1978), Lyra e Riff (1980), para análise da variação da variável em diversos "sistemas". A proposição do modelo é que se veja a variação de cada componente (cada cultura) em relação à variação do sistema agrícola (compreendido enquanto conjunto de culturas) de que faz parte. Operacionalizando estatisticamente esta idéia, o modelo "constrói"

estas lavouras foram substituídas, num montante de 69.110 hectares, pelas culturas permanentes, as quais, com exceção de cinco, experimentaram efeito substituição positivo.

Tabela 3. Estado do Pará - Decomposição das Variações Totais na área Colhida em Variações Derivadas do Efeito Escala e do Efeito Substituição de Culturas - 1978/79/80 - 1988/89/90.

Produto	Variação Total	Efeito Escala	Efeito Substituição
AREA COLHIDA TOTAL	397.975.67	397.975.67	0.00
LAVOURAS TEMPORARIAS			
Total	288.401.67	357.512.10	-69.110.44
Milho	136.226.33	71.098.03	65.128.30
Feijão	29.818.33	18.252.34	11.565.99
Algodão herbáceo	7.591.6	2.889.81	4.701.86
Amendoim	44.00	2.30	41.70
Abacaxi	249.67	566.87	-317.20
Batata-doce	-116.33	203.51	-319.84
Tomate	-149.67	257.01	-406.68
Melão	-473.67	536.01	-1.009.68
Melancia	-131.67	999.16	-1.130.82
Fumo	-1790.67	2.411.57	-4.202.23
Cana-de	91.33	7.499.59	-7.408.25
Juta (fibra)	-4.895.33	6.892.35	-11.787.68
Mandioca	88.092.33	106.805.75	-18.713.42
Malva	-7.155.00	26.915.86	-34.070.86
Arroz	41.000.33	112.181.96	71.181.63
LAVOURAS PERMANENTES			
Total	109.574.00	40.463.56	69.110.44
Cacau	33.192.67	9.823.18	23.369.48
Dendê	19.493.00	0.00	19.493.00
Café	10.428.33	1.138.66	9.289.68
Banana	15.749.33	9.032.13	6.717.20
Coco-da-Baía	6.980.67	1.897.87	5.082.79
Maracujá	5.030.33	0.00	5.030.33

artificialmente uma variação da parte comandada pelo ritmo do conjunto (efeito escala) para depois verificar, face a variação real, se a parte foi mais rápida ou lenta que o todo, isto é, se a atividade em relação à variável eleita (área física, valor da produção, etc) perdeu ou ganhou significado no sistema. O modelo estatístico é, no fundamental, simples: considerando-se os tamanhos do sistema (medido pelo total da variável em questão) nos anos t e $t + n$ como S_t e S_{t+n} , teríamos a variação do sistema no tempo n medido por um coeficiente a tal que

$$a = \frac{S_{t+n}}{S_t}$$

Por seu turno S_t compõem de um conjunto de atividade (culturas). É dizer:

$$S_t = \sum_{i=1}^m A_{it} \quad (i = 1, 2, 3, \dots, m) = \text{culturas/atividades}$$

$$S_{t+n} = \sum_{i=1}^m A_{i(t+n)} \quad (i = 1, 2, 3, \dots, m)$$

Isto posto, é fácil verificar que para cada cultura/atividade

$$A_{i(t+n)} - A_{it} = (a.A_{it} - A_{it}) + (A_{i(t+n)} - a.A_{it}) \quad \text{onde}$$

$$A_{i(t+n)} - A_{it} = \text{Variação Total}$$

$$(a.A_{it} - A_{it}) = \text{Efeito Escala}$$

$$A_{i(t+n)} - a.A_{it} = \text{Efeito Substituição.}$$

Borracha	2.759.00	0.00	2.759.00
Laranja	2.728.33	1.215.79	1.512.54
Urucum	1.182.00	0.00	1.182.00
Limão	357.33	151.97	205.36
Guaraná	187.67	0.00	187.67
Tangerina	179.00	93.22	85.78
Abacate	35.00	252.74	-217.74
caju	-114.67	139.50	-254.17
Manga	108.00	461.50	-353.50
Mamão	452.67	947.95	-495.29
Pimenta-do-reino	10.825.33	15.309.03	-4.483.70

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

De sorte que se pode considerar como fato relevante da década de oitenta uma significativa reordenação da base produtiva agrícola estadual, caracterizada pela substituição massiva de culturas temporárias por culturas permanentes.

Assim, nos anos oitenta a agricultura experimenta elevadas taxas de crescimento no Estado do Pará, confirmando tendência apresentada no resto do Brasil. Tal dinâmica explica-se fundamentalmente pelas elevadas taxas de crescimento das culturas permanentes, onde se destacam, com algumas diferenças entre a primeira e a segunda metade da década, matérias-primas industriais e culturas de mercado externo (cacau, café, pimenta-do-reino, urucum, etc.). Ao cabo da década, demonstra-se uma substituição drástica de culturas temporárias por culturas permanentes, tendência particularmente marcante nas estruturas camponesas, antes responsáveis pelo total dos produtos da *shifting cultivation* (arroz, mandioca, milho, etc.) e de outras culturas de ciclo curto típicas da região como, por exemplo, a malva.

Tais constatações contrariam de pronto as explicações que alegam uma reação meramente defensiva (e introspectiva, pois auto-cosumptiva) da pequena produção. E colocam várias outras questões para uma discussão mais ampla.

Primeiro, considerando as condições macroeconômicas da década e as exigências das culturas permanentes em termos de investimentos fixos, importa indagar quanto às determinações do surto de investimento e expansão no plano das motivações microeconômicas. Aqui têm lugar duas preocupações: uma, de ordem institucional, que se volta para as formas de financiamento institucional que eventualmente estejam subjacentes ao surto de inversões; e outra, que procura detectar determinações estruturais menos visíveis nos dados gerais.

Segundo, torna-se imperioso indagar quanto ao significado que estas tendências têm para a problemática do desenvolvimento da Amazônia e do Brasil; é dizer, quanto às questões que sugerem a possibilidade de alternativas de desenvolvimento com maior grau de eficiência e equidade social, inclusive no que se refere às proposições colocadas pela discussão ecológica em trânsito.

2. Investimento em Culturas Permanentes e suas Fontes

O que é sugerido pelos dados da evolução da produção é decisivamente confirmado pelos dados relativos ao investimentos. A Tabela 4 descreve de forma sintética a evolução de um indicador do investimento para o conjunto da agropecuária e por formas de produção.

A formação de capital para o estabelecimento médio⁹ dá -se a uma taxa 5,6% ao ano, destacando-se o incremento das culturas permanentes. Há diferenças, contudo, que merecem ser vistas mais de perto.

O desempenho dos camponeses é digno de nota: o número de estabelecimentos que registraram investimentos feitos no ano de 1985, em relação aos que assim procederam em 1980, cresceu a uma taxa anual de 9,17%, quando o seu número absoluto cresceu a 2,54%. O resultado disso é que a representatividade dos estabelecimentos que investiram entre os estabelecimentos totais dos camponeses cresceu de 23,39%, em 1980, para 32%, cinco anos depois. Concomitantemente, o patrimônio do estabelecimento médio destes produtores cresceu a uma taxa de 3% ao ano, indicando uma ágil formação de capital. Confirmada, aliás, pelo aumento de 19,8% entre o valor do investimento no ano de 1985 em relação ao de 1980. Os itens de maior dinamismo neste estrato foram as matas plantadas (taxa de crescimento para o estabelecimento médio de 29,98% a.a.) e as culturas permanentes (6,63% a.a.) - também aqui confirmando-se as tendências já apontadas.

Tabela 4. Pará - Evolução da Formação de Capital, por Forma de Produção, entre 1980 e 1985.

	<200 ha	200 a 5.000	>5.000	Total
TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS				
Total de Estabelecimentos	2,54%	7,22%	-0,80%	2,69%
Estab. que Investiram no Ano do Censo	9,17%	8,49%	-0,52%	9,08%
Patrimônio Médio	3,07%	7,50%	3,54%	5,61%
- Prédios e Residências	1,81%	9,78%	-7,98%	1,67%
- Inst. e outras benfeit	3,82%	7,11%	2,37%	4,97%
- Culturas Permanentes	6,63%	5,35%	28,09%	8,13%
- Matas Plantadas	29,98%	17,76%	-30,15%	3,37%
- Veículos	-7,50%	5,99%	3,02%	-0,42%
- Animais	3,61%	8,72%	3,94%	7,34%
- Máq. e Instrumentos Agrários	-4,16%	-0,82%	6,53%	1,05%

⁹ Aqui calculou-se a taxa de crescimento anual do valor médio do patrimônio (valor total dos bens para o total de estabelecimentos dividido pelo número de estabelecimentos) considerados os valores encontrados nos censos de 1980 e 1985.

TAXA DE VARIAÇÃO TOTAL				
Investimento no Ano do Censo	19,80%	30,97%	0,51%	19,62%
- Prédios e Residências	17,34%	26,83%	-23,60%	12,96%
- Inst. e outras benfeit.	23,63%	-2,19%	-28,04%	-0,11%
- Culturas Permanentes	18,81%	-18,21%	50,92%	14,11%
- Matas Plantadas	-11,94%	-55,87%	-94,55%	-56,55%
- Veículos	276,13%	581,01%	516,13%	441,24%
- Animais	-56,59%	-51,00%	-80,66%	-60,48%
- Máquinas e Inst. Agrários	19,88%	38,92%	39,10%	32,49%

Fonte: Censo Agropecuários de 1980 e 1985.

O número dos fazendeiros que investiram cresceu em ritmo pouco maior que o próprio desenvolvimento do seu número de estabelecimento, indicando apenas uma ligeira elevação, no período, na proporção entre as fazendas que investiram e o total do estrato. O dinamismo deste tipo de estabelecimento expressa-se, contudo, na taxa de crescimento de seu patrimônio médio (7,5% a.a.) e no aumento do investimento nos anos do censo de 30,97%. As atividades mais incrementadas são o reflorestamento, a pecuária e as culturas permanentes.

Por seu turno, as grandes empresas agropecuárias apresentam-se, no seu conjunto, como estrutura em crise. Tanto o seu número absoluto, quanto a proporção das que investem em relação ao total decresceram no período. A unidade média apresenta, entretanto, uma evolução positiva de 3,5% a.a. As inversões em culturas permanentes aqui apresentaram forte crescimento, contrastando com o desempenho fraco, do investimento em pecuária que se fez a uma taxa próxima a dos camponeses (3,94% a.a.).

A evolução do crédito, por seu turno, apresenta simetria com estes dados. Como no resto do Brasil, também no Estado do Pará o volume do crédito oficial para investimentos na agropecuária reduz-se drasticamente entre 1980 e 1985: comparando o montante total de crédito para investimento do último com o primeiro ano do período verifica-se um redução total de -43,96%. Contudo, tal diminuição não se fez de forma idêntica para todos. Enquanto para os camponeses esta redução foi de -74,88% e mesmo para os fazendeiros de -70,45%, para as grandes empresas agropecuárias constata-se um incremento da ordem de 74,3%. Somando-se o fato de que o número de empresas que dispuseram de crédito decresceu (na medida em que a proporção dos que obtiveram crédito passou de 34 para 19% do total de grandes empresas agropecuárias), o resultado foi uma brutal concentração do crédito para investimentos em favor das grandes empresas e, dentre estas, em particular, as maiores de 10.000 ha.

No que se refere aos camponeses, a importância do crédito no investimento cai dramaticamente. Se em 1980 em torno de 22% dos estabelecimentos que investiam recebiam crédito e estes chegavam a representar também 1/5 do investimento total realizado, em 1985 estes percentuais passam a ser 4,25% e 4,18% respectivamente. Em relação ao total de estabelecimentos, os que receberam crédito não passaram de 1,36% do total (quando fora 5,13% cinco anos antes).

Para as fazendas, como se frisou, constata-se também uma forte retração nos indicadores relativos ao crédito. Todavia, há que se ter presente que, precisamente nesta fase tem-se a reativação, agora em seu favor, dos incentivos fiscais. Vejamos de perto este ponto. Como já analisei em outro momento (COSTA, 1992), a tendência manifesta na segunda metade dos anos setenta, de redução desses recursos para a agropecuária, é completamente revertida no início dos anos oitenta, com duas novidades: a) a clientela passa a ser nitidamente regional e b) o tamanho médio dos projetos e da propriedade dos beneficiários reduz. Em conjunto, estas características apontam para que os fazendeiros como os principais beneficiários desta fase dos incentivos fiscais¹⁰. Os dados da Tabela 6, a seguir, indicam uma outra característica dos incentivos fiscais nesta fase: eles beneficiaram projetos que apresentavam uma mescla maior de atividades, inclusive agrícolas.

¹⁰ Analisei em detalhes estas mudanças em Costa (1992).

Tabela 5. Pará - Evolução do Crédito para Investimentos entre 1980 e 1985, por Forma de Produção

	<200 ha	200 a 5.000	>5.000	Total
1980				
Estabelecimentos que investiram no ano do Censo em relação ao total	23,39%	60,04%	72,03%	24,60%
Estabelecimentos que obtiveram crédito em relação ao total	5,13%	20,10%	25,07%	5,62%
Estabelecimentos que obtiveram crédito em relação aos que investiram	21,93%	33,47%	34,80%	22,85%
Crédito de Invest. no ano do Censo*	63,3	57,4	29,4	150,2
Participação do Crédito no Total de Investimento	19,91%	20,33%	17,24%	19,47%
1985				
Estabelecimentos que investiram no ano do Censo em relação ao total	32,00%	63,68%	73,08%	33,26%
Estabelecimentos que obtiveram crédito em relação ao total	1,36%	6,84%	14,01%	1,59%
Estabelecimentos que obtiveram crédito em relação aos que investiram	4,25%	10,74%	19,17%	4,77%
Crédito de Invest. no ano do Censo*	15,9	16,9	51,3	84,2
Participação do Crédito no Total de Investimento	4,18%	4,59%	29,90%	9,12%
Redução no Volume de Crédito entre 1980 e 1985	-74,88%	-70,46%	74,30%	-43,96%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1980 e 1985. * Valor constante de 1985.

No movimento conjunto de concentração de crédito em favor das empresas gigantes e na desconcentração dos incentivos fiscais em favor dos fazendeiros temos uma base sólida de sustentação do ritmo de formação de capital destas duas estruturas. E quanto aos camponeses? Qual sua fonte de investimentos? O que poderia explicar sua performance neste campo?

Tabela 6. Sub-setores Incentivados pela Política de Incentivos Fiscais nos períodos 1976-1980 e 1981-1985

SUB SETORES	1976 A 1980			1981 A 1985		
	No. de Projetos	Cr\$	%	No	Cr\$	%
Pecuária de Corte Solteira	17	226,9	78,2%	38	271,8	22,2%
Pecuária de Leite Solteira	-	-	-	5	10,4	0,9%
Pecuária e agricultura	2	25,8	8,9%	12	224,2	18,3%
Pecuária e piscicultura	-	-	-	1	5,6	0,5%
Bubalinocultura	-	-	-	32	145,3	11,9%

Agricultura	3	32,8	11,3%	15	189,7	15,5%
Agroindústria	1	4,7	1,6%	4	363,2	29,6%
Criação de Rãs	-	-	-	1	16,8	0,6%
Suinocultura	-	-	-	1	6,0	0,5%
Ovinocultura	-	-	-	2	2,8	0,2%
Psicultura	-	-	-	1	0,7	0,1%
Total	23	290,2	100,0%	112	1.226,6	100,0%

Fonte: SUDAM: Lista dos Projetos Aprovados.

3. Os Investimentos Camponeses

A comunidade do Uraim¹¹ fornece-nos indicações preciosas para a compreensão do fenômeno do investimento dos camponeses nos anos oitenta. Neste segmento trataremos tão somente das questões relativas às fontes de financiamentos.

Pesquisas por nós desenvolvidas na referida comunidade¹² permitem verificar, alí, uma reprodução das tendências apresentadas pelos dados gerais no que tange ao crescimento da agricultura e a reorganização dos seus elementos (ver Tabela 8). Tomando o valor da produção, a agricultura cresceu a uma taxa anual de 6,23%. As culturas temporárias, aí, sofreram uma redução significativa (taxa negativa de -4,45% a.a.), enquanto as culturas permanentes cresciam a 10% a.a. A composição relativa dos dois grupos de culturas altera-se drasticamente, crescendo o significado das de ciclo longo e reduzindo as de ciclo curto em mais de 22 pontos de percentagem.

Tabela 8 - Composição Relativa e Taxa Anual de Crescimento da Produção Agrícola da Comunidade do Uraim em 1981 e 1989 - Valor da Produção e Produto Real.

	COMPOSIÇÃO RELATIVA		TAXA ANUAL DE
	1981	1989	CRESCIMENTO
Valor da Produção			
Cult. Temporárias	40.75%	17.46%	-4.45%
Cult. Permanentes	59.25%	82.54%	10.72%
Total	100.00%	100.00%	6.23%
Produto Real			
Cult. Temporárias	40.75%	1.68%	0.11%
Cult. Permanentes	59.25%	98.32%	58.84%

¹¹ A colônia do Uraim fica a 12 Km de Paragominas à margem do Rio Uraim.

¹² Trata-se de uma pesquisa feita por nós em 1990, e de um levantamento feito pelo STR de Paragominas em 1981, por nós tabulados. Os dados a seguir referem-se aos 23 colonos presentes nas duas pesquisas.

Total	100.00%	100.00%	49.09%
-------	---------	---------	--------

Fonte: Pesquisa de Campo.

A expansão é ainda mais enfática quando refletida pelas grandezas físicas. Os valores de produto real¹³ indicam que o volume físico da produção das culturas temporárias manteve-se constante e a produção das culturas permanentes cresceu rapidamente. O que explica a divergência entre os percentuais relativos ao valor da produção e ao produto real, uma evolução negativa dos preços tomados em conjunto para os dois anos. Este ponto merece análise a parte, que foge ao escopo deste artigo. No momento importa estabelecer o notável esforço da comunidade na montagem de uma estrutura produtiva baseada em culturas permanentes.

Tabela 9 - Implantação de Culturas Pemanentes na Colônia do Uraim em Hectares, por Períodos Quinquenais - 1971 – 1990.

Período	Área Total	Média Anual	Taxa anual*
1971-76	8,70	1,74	19%
1976-80	21,02	4,20	25%
1981-85	31,18	6,24	88%
1986-90	79,06	15,81	-29%
Total	139,96	--	--

Fonte: Pesquisa de Campo.

*Obtida por estimação de regressão.

A implantação de culturas permanentes pelos colonos do Uraim iniciou-se ainda na primeira metade dos anos setenta (ver Tabela 9). Em pequenas faixas, os colonos pesquisados implantaram uma média de 1,74 ha por ano. Essa média cresce nos cinco anos seguintes para 4,2 ha, na primeira metade dos anos oitenta chega a 6,24 ha atingindo 15,81 ha por ano entre 1986 e 1990. O ritmo de implantação é alto e crescente ao longo de quinze anos, apresentando-se declinante nos últimos cinco anos - precisamente no período que atinge médias mais elevadas¹⁴.

A Pimenta do Reino é o produto que, neste contexto, maior importância assume, tanto economicamente quanto em termos de área plantada (34% do total de culturas permanentes). Por outro lado, trata-se de uma cultura exigente, na sua implantação, em relação aos recursos exigidos e aos conhecimentos técnicos necessários.

¹³ Trata-se de um indicador formado a partir do isolamento da flutuação dos preços numa série de valores onde um vetor de preços é fixado para as quantidades de todos os anos. No nosso caso fixamos o vetor de preços de 1981.

¹⁴ Isto em princípio apontaria para certos limites do padrão de expansão. Também este ponto requer considerações à parte, que os limites do presente trabalho impedem.

Fizemos um estudo minucioso da evolução deste produto na comunidade, com base em informações detalhadas de cada colono sobre cada pimental (discriminados por ano de implantação). Entre outros dados, ressaltam-se como centrais os resultados apresentados na Tabela 10.

A implantação da pimenta do reino, como a do conjunto das culturas permanentes, também foi paulatina e iniciou-se já em 1974. No final dos anos setenta se acelera o ritmo de formação de pimentais, de modo que no início dos anos oitenta 10,7 ha no total já estão implantados. Este montante será 15 ha em 1985 e 48,09 em 1990 (considerando o fato de que até o momento, graças as características agrônômicas dos plantios - muito consorciados e com pouco insumo químico - nenhum pimental foi considerado esgotado). A lógica do financiamento parece clara: trata-se de autoconsumo intermediário, como o designou Tepicht (1973) a aplicação dos próprios meios (recursos naturais e força de trabalho) na formação de meios de produção. Nos cinco primeiros anos, todo trabalho aplicado na formação dos pimentais foi das próprias famílias camponesas. À proporção que o estoque de plantas crescia e se tornava produtivo e rentável, abriram-se condições para implantação de novos pimentais com maior uso de força de trabalho assalariada. Tal possibilidade, em fase mais avançada, amplia-se, ou restringe-se, com o movimento dos preços do produto no mercado: quando os preços apresentam-se altos aumenta o assalariamento e quando mostram-se tendencialmente baixos, avulta-se a aplicação do próprio trabalho como fundamento do investimento.

Tabela 10 - Área e Trabalho Próprio e de Terceiros Utilizado na Implantação da Cultura da Pimenta do Reino na Colônia do Uraim.

Ano	Área Implantada no ano (ha)	Total Existente no ano (ha)	Trabalho Aplicado			Evolução dos Preços*
			TOTAL H/D	Terceiros%	Próprio%	
1974	0,25	0,25	38,1	0	100	-
1975	0,73	0,98	111,6	0	100	-
1976	0,34	1,32	52,5	0	100	-
1977	0,81	2,13	124,0	0	100	-
1978	1,94	4,07	296,7	0	100	-
1979	4,16	8,23	635,2	5	95	-
1980	2,50	10,73	381,5	65	35	100
1982	1,77	12,50	269,9	8	12	46
1983	1,64	14,14	249,8	27	73	61
1985	0,78	14,92	119,2	0	100	198
1986	6,19	21,11	944,2	69	31	268
1987	13,03	34,14	1.988,4	70	30	216
1988	5,97	40,11	1.018,2	58	42	99
1989	6,45	46,56	809,8	60	40	65

1990	1,52	48,09	232,3	8	92	34
Total	48,09	-	7.271,4	51	49	-

Fonte: Pesquisa de campo.

*Números Índices, 1980 = 100.

Resumo e Conclusões

Como no Brasil, a performance da agricultura no Estado do Pará foi bastante positiva no decorrer dos anos oitenta. Também como no País como um todo, tal dinâmica se fez acompanhar de um crescimento significativo da pequena produção familiar. Que, diferentemente do desenvolvimento "introspectivo" e "defensivo" que as análises correntes colocam como fundamento da expansão do campesinato constatada no mesmo período para o Brasil, ampliou de forma fundamental a sua produção de culturas permanentes tanto de mercado interno, quanto de exportação. Tal evolução, por um lado implicou em investimentos consideráveis, em um contexto recessivo e de extrema restrição de crédito. Nesse quadro, a grande empresa agropecuária defendeu-se, provocando uma brutal concentração de crédito em seu favor; por seu turno, os fazendeiros compensaram a ausência do crédito pela ampliação do fluxo de incentivos fiscais da SUDAM em sua direção. No caso dos camponeses, a ágil formação de capital que se verificou foi bancada de forma dominante com recursos internos às unidades produtivas, particularmente pelo trabalho próprio aplicado na forma de investimento. Esta última constatação aponta para alternativas de modernização fora do contexto estritamente delimitado pelos CAI's.

Referências:

- AIDAR, A.C.K. e Perosa Jr., R.M. Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura. In: *Rev. de Economia Política*, v. I, n.º. 3, jul-set. 1981.
- BLUM, V. Zur Organization kleinbäuerlichen Wirtschaftens. Saarbrücken-Fortlauderdale: Breitenbach, 1989.
- COSTA, F. de A. Estrutura Agrária, Modos de Produção e Meio Ambiente na Amazônia. In: OLIVEIRA, N. P. de. *Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza*. Belém, Ed. da UFPa, 1992 (Universidade e Meio Ambiente, 1). Pp- 1-22.
- COSTA, F. de A. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém, Ed. da UFPa (Série Estudos SEPEQ/NAEA), 1992.
- D'INCAO, M.C. Um retrocesso programático. In: *Teoria e Debate* 17, 1o. trimestre de 1992.
- ELLIS, F. *Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University Press, Cambridge, 1982.
- GASQUES, J. G. e Villa Verde, C. Crescimento da Agricultura Brasileira e Política Agrícola nos Anos Oitenta. *Texto Para Discussão No. 204*. Brasília, Ipea, 1990.
- HARRIS, J. (Ed.) *Rural Development: theories of peasant economy and agrarian change*. Hutchinson University, London, 1988.
- KAGEYAMA, A. A. et alii. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Campinas, Unicamp, 1987 (mimeo).
- LYRA, I. T. e Riff, T. B. B. Agricultura de Abastecimento Interno: problemas e perspectivas. In: *Economia Rural*, Brasília, v. 18, n. 3, pp. 581-600, jul/set 1980.
- MARTINE, G. *Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira*. Brasília, Ipea/Iplan, 1989.
- MOREIRA, J.R. A Pequena Produção e a Composição Orgânica do Capital. In: *Rev. de Economia Política*, vol. I, no. 3, jul-set. 1981.
- NABUCO, M. R. A rota do capital agrícola em Minas Gerais na década de oitenta. In: *Anais do III Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1986, p.183-198.
- NABUCO, M. R. Brasil e Minas Gerais: Modernização e Modernidade na Agricultura. In: *Seminário sobre a Economia Mineira* (4: 1988: Diamantina). Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990. P. 111-133.
- NAKANO, Y. (1981). A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura. In: *Rev. de Economia Política*, vol. I, no. 3, jul-set. 1981.
- PEREIRA, L. B. et alii. Novos Rumos da Agricultura Paranaense na Década de 80. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 1991. V. 21, No. 3, p. 351-378.
- POLANYI, K. El Sistema Económico como Proceso Institucionalizado. In: Godelier, M. - *Antropologia e Economia*. Barcelona, Editorial Anagrama. 1976.
- REZENDE, G. C. *Crise Externa e Agricultura: Brasil Anos 80*. Rio de Janeiro. Fase, 1988.
- REZENDE, G. C. (1989). Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 19 (3), p. 553-578.

TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais*. Paris, Lib. Armand Colin, 1973.